

Despacho n.º 11602/2010

Por despacho de 29 de Junho de 2010, da Vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., Dra. Filomena Cardoso, e, precedendo concurso interno de acesso misto para provimento de dois lugares da categoria de técnico de especialista, área de radiologia, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, a que se reporta o Aviso n.º 23160/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 24 de Dezembro, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a candidata da quota A, Maria Isabel Silva Mota Simão, na categoria de técnico especialista, área de radiologia, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, ao abrigo do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e na Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, ficando posicionada no 1.º Escalão, Índice 175, para o mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P./Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VIII — Gaia/Centro de Saúde de Barão do Corvo.

Data: 05/07/2010. — Cargo: Directora do Departamento de Gestão e Administração Geral, Nome: *Maria Judite Castro Oliveira*.

203474952

Despacho n.º 11603/2010

Por despacho de 28 de Julho de 2009, da Vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., Dra. Isabel Oliveira, foi autorizada a concessão de licença sem remuneração, nos termos do n.º 1 do artigo 234.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, à Enfermeira, Marlene Moreira Lemos, no período de 01.09.2009 a 01.08.2010.

Data: 05/07/2010. — Cargo: Directora do Departamento de Gestão e Administração Geral, Nome: *Maria Judite Castro Oliveira*.

203475113

Centro Hospitalar do Oeste Norte**Aviso (extracto) n.º 14137/2010**

Procedimento Concursal para provimento de 2 postos de trabalho na categoria de Assistente de Pediatria Médica do mapa de Pessoal do Centro Hospitalar do Oeste Norte, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 08 de Janeiro de 2010, Aviso n.º 562/2010, Ref. A3.

Em cumprimento do estabelecido no n.º 34 de Secção VII da Portª 43/98, de 26 de Janeiro, e para conhecimento dos interessados, publica-se a lista de classificação final do concurso acima referido, homologada por deliberação Conselho de Administração deste Centro Hospitalar em 09 de Julho de 2010.

Nádia Cristina Cardoso das Mercês de Brito — 19,05 valores;
Sara Marisa Diogo Santos — 18,73 valores.

Foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Da homologação cabe recurso, com efeitos suspensivos, a interpor no prazo de 10 dias úteis a contar desta publicação.

2010.07.12. — A Vogal Executiva, *Maria do Rosário Silva Sabino*.
203473575

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra**Declaração de rectificação n.º 1414/2010**

A publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 8 de Julho de 2010, a p. 37 003, aviso n.º 13 603/2010, saiu com uma incorrecção. Assim, rectifica-se que onde se lê «4.1.3 — Dada a natureza das funções a desempenhar, exige-se a habilitação legal, para a condução de veículos pesados de passageiros (Tipo B)» deve ler-se «4.1.3 — Dada a natureza das funções a desempenhar, exige-se a habilitação legal de licença de condução de veículos ligeiros (tipo B)».

9 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Almeida*.

203471452

Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.**Despacho n.º 11604/2010**

Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro, e no uso da autorização concedida pelo n.º 6 do Despacho n.º 9467/2010, publicado no *Diário da República* n.º 108, 2.ª série, de 4 de Junho de 2010, o conselho directivo do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P., em 2 de Julho de 2010, deliberou subdelegar:

1 — Nos membros do conselho directivo os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1.1 — No âmbito da gestão de recursos humanos:

a) Autorizar a prestação e o pagamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 161.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, para além dos limites fixados no n.º 1 da citada disposição legal e com a observância do limite imposto pelo corpo do n.º 2;

b) Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho em dias de descanso semanal, de descanso complementar e de feriados ao pessoal dirigente e de chefia, nos termos do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

c) Autorizar a prática de horário acrescido, bem como fazê-lo cessar, nos termos do regime legal da respectiva carreira;

d) Autorizar a inscrição e participação dos trabalhadores dos serviços em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram fora do território nacional, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da Organização Mundial da Saúde, nos termos da legislação aplicável e com observância do disposto no Despacho n.º 867/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2002.

1.2 — No âmbito da gestão orçamental, exceptuando o P.I.D.D.A.C.:

a) Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até €1.500.000,00;

b) Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia cujo valor não exceda o agora subdelegado;

c) Conceder adiantamentos a empreiteiros e a fornecedores de bens e serviços de preço de valor igual ou superior a € 100 000, desde que respeitados os condicionalismos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;

d) Autorizar deslocações e transporte por avião, em serviço, e a título excepcional devidamente fundamentado, dentro ou fora do território nacional, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, e pagamento de abonos, antecipados ou não, nos termos da legislação em vigor e no respeito pelas orientações definidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2006, de 13 de Abril.

1.3 — No âmbito das comissões para a dissuasão da toxicod dependência:

a) Autorizar a inscrição e participação dos membros e dos trabalhadores das comissões em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram no estrangeiro, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da Organização Mundial da Saúde;

b) Aprovar o respectivo mapa de férias dos membros das comissões.

c) Autorizar a realização de acções de formação específica na área da dissuasão.

2 — Nos delegados regionais das Delegações Regionais do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve e na directora do Departamento de Planeamento e Administração Geral os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

2.1 — No âmbito da gestão de recursos humanos:

a) Autorizar a prestação e o pagamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 161.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, para além dos limites fixados no n.º 1 da citada disposição legal e com a observância do limite imposto pelo corpo do n.º 2;

b) Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho em dias de descanso semanal, de descanso complementar e de feriados ao pessoal

dirigente e de chefia, nos termos do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

c) Autorizar a prática de horário acrescido, bem como fazê-lo cessar, nos termos do regime legal da respectiva carreira;

d) Autorizar a inscrição e participação dos trabalhadores dos serviços em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram fora do território nacional, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da Organização Mundial da Saúde, nos termos da legislação aplicável e com observância do disposto no Despacho n.º 867/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2002, quando não importem custos para o serviço.

2.2 — No âmbito da gestão orçamental, exceptuando o P.I.D.D.A.C.:

a) Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até €150.000,00;

b) Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia cujo valor não exceda o agora subdelegado;

c) Conceder adiantamentos a empreiteiros e a fornecedores de bens e serviços de preço de valor igual ou inferior a € 45 000, desde que respeitados os condicionalismos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

3 — Os delegados regionais e a directora do Departamento de Planeamento e Administração Geral apresentarão, com uma periodicidade trimestral, um relatório síntese com elementos estatísticos e de custos relativos aos actos praticados, de harmonia com as alíneas a) e b) do n.º 2.1. da presente deliberação.

4 — O Conselho Directivo autoriza a subdelegação de todas as competências que agora subdelega, com excepção da constante da alínea b), do n.º 2.1. da presente deliberação.

5 — Os membros do Conselho Directivo são os licenciados João Augusto Castel-Branco Goulão, Manuel Ribeiro Cardoso e Maria do Rosário Torégão Romão Sequeira Gil.

6 — Os delegados das Delegações Regionais são:

Delegação Regional do Norte — Licenciado Adelino Fernando do Vale Ferreira

Delegação Regional do Centro — Licenciado António Carlos Ramalheira

Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo — Licenciado Adelino de Jesus Antunes

Delegação Regional do Alentejo — Licenciado António Marciano Graça Lopes

Delegação Regional do Algarve — Licenciado António João Brito Camacho

7 — A Directora do Departamento de Planeamento e Administração Geral é a Mestre Maria José Fatela Ribeiro.

8 — A presente deliberação produz efeitos desde 18 de Fevereiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados.

9 — São igualmente ratificados os actos previstos na presente deliberação e praticados desde 31 de Outubro de 2009 até 17 de Fevereiro de 2010.

5 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Castel-Branco Goulão*.

203472838

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 11605/2010

Nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que se procedeu em 01 de Julho de 2010 à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos à mesma data, com António Fernando Martins Soares e Eduardo Manuel dos Reis Antunes, na sequência da integração, nos termos do Decreto-Lei n.º 210/97, de 13 de Agosto, com as alterações dadas pelo Decreto-Lei n.º 66/2000, de 26

de Abril e Decreto-Lei n.º 109/2002, de 16 de Abril, no mapa de pessoal da Direcção Regional de Educação do Centro na carreira/categoria de assistente técnico.

Em 02 de Julho de 2010. — O Secretário-Geral, *João S. Batista*.

203474466

Despacho (extracto) n.º 11606/2010

Por meu despacho de 25 de Junho de 2010, foi autorizada, a pedido do dirigente intermédio de 1.º grau a exercer funções na Direcção de Serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação, da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, Reme Coração de Almeida, a cessação da comissão de serviço, com efeitos a 30 de Junho.

Em 08 de Julho de 2010. — O Secretário-Geral, *João S. Baptista*.

203474603

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária de Arouca

Aviso n.º 14138/2010

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para a carreira e categoria de Técnico Superior — Profissional de RVC.

1 — Nos termos dos n.os 2, 5 e 6 do artigo 6.º, artigos 50.º a 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro e do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por despacho da Directora da Escola Secundária de Arouca de 06 de Julho de 2010, na sequência de parecer favorável da Direcção Regional de Educação do Norte se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste Aviso no Diário da República, o procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior da Escola Secundária de Arouca, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

2 — Considerando a dispensa temporária de obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC) não foi efectuada a consulta prevista no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da portaria n.º 83-A/2009.

3 — Local de trabalho: Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária de Arouca, Avenida dos Descobrimentos, n.º 3, 4540-104 Arouca.

4 — Caracterização do posto de trabalho: o conteúdo funcional é o correspondente à carreira de técnica superior de regime geral aplicável aos serviços e organismos de administração pública, em particular ao previsto no artigo 10.º da Portaria n.º 370/2008, de 21 de Maio para Profissional de RVC.

4.1 — Ao Profissional de RVC compete:

a) Participar nas etapas de diagnóstico e de encaminhamento, sempre que para tal se revele necessário.

b) Acompanhar e apoiar os adultos na construção de portefólios reflexivos de aprendizagens, em estreita articulação com os formadores, através de metodologias biográficas especializadas, tais como balanço de competências ou histórias de vida;

c) Conduzir em articulação com os formadores, a identificação das necessidades de formação dos adultos ao longo do processo de reconhecimento e validação de competências, encaminhando-os para outras ofertas formativas, nomeadamente para cursos de educação e formação de adultos, ou formações modulares, disponibilizadas por entidades formadoras externas ou para formação complementar, de carácter residual e realizada no próprio Centro após a validação de competências e a sua certificação;

d) Dinamizar o trabalho dos formadores no âmbito do processo de reconhecimento e validação de Competências desenvolvidos.

e) Organizar conjuntamente com os elementos da equipa do Centro que intervêm nos processos de reconhecimento de validação e certificação de Competências e com o avaliador externo, os júris de certificação, participando nos mesmos.

5 — Remuneração base prevista: a correspondente à 1.ª posição remuneratória, 5.º nível remuneratório o que corresponde a 1373,12 € (mil trezentos e setenta e três euros e doze centavos) mensais de acordo com a tabela única remuneratória.